

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE
VIZINHANÇA – DECRETO 8.493/2017

PARECER 012/2017 - CEIV
COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (CEIV)

Processo Administrativo nº: Ofício nº 321/2017 – SPU/DEFO

Projeto: Acrópole Casa de Eventos e Festas

Área do lote: 850,00 m²

Área construída: 165,00 m²

Número de Pavimentos: 01

Vagas de Garagem: 30 vagas

População estimada: 80 pessoas

Endereço: Rua Áustria, esquina com a Rua Alemanha - Bairro das Nações

Uso: Comercial e Serviços

Zona: ZACC-III A – Zona de Ambiente Construído de Média Densidade

Dic: 26508

RECEBIDO

19/10/17

Leandro
Kamczinski

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 8493, de 01 de Março de 2017, que criou a Comissão Especial que analisa os Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV),

CONSIDERANDO o Ofício nº 321/2017 – SPU/DEFO, que encaminhou o Estudo de Impacto de Vizinhança para o empreendimento de uso Comercial e de Serviços denominado Acrópole Casa de Eventos e Festas, de propriedade de Marina Martins, inscrita sob o CNPJ 26.953.900/0001-47, situado na Rua Áustria, esquina com a Rua Alemanha, (DIC 26508), no Bairro das Nações, enquadrado no Art. 54 inciso XV da Lei nº 2794/2008.

Após análise do Laudo de Estudo de Impacto de Vizinhança apresentado a CEIV faz as seguintes considerações:

1. Na caracterização do empreendimento o autor não se refere ao sistema de ventilação e segurança contra incêndios. A comissão destaca a importância de que todas as normas de segurança sejam atendidas.

2. Página 20

O estudo destaca a necessidade de faixa de pedestres, no entanto na figura da página 20 é possível ver que já existe uma travessia elevada. O autor do EIV entende a necessidade de outras faixas de pedestres? Se sim, informamos que qualquer implantação ou alteração de sinalização no entorno do empreendimento deve ser avaliado e autorizado pelo FUNTRAN mas, as custas do empreendedor.

3. Pagina 27

O EIV afirma que se os níveis de emissão sonora ultrapassarem os 70 dB (diurno) e 60 dB (noturno) será necessário a utilização de atenuadores de ruído, no entanto de acordo com o Plano Diretor, os níveis de pressão sonora admissíveis no município, independente da zona urbana, são: 50 dBA (decibéis) no período diurno; e 45 dBA (decibéis) no período noturno.

A Lei que discorre sobre níveis de pressão sonora, fundamentada na resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001, de 08 de março de 1990, estabelece padrões, critérios e diretrizes a serem observados na emissão de ruídos, que, em decreto publicado no

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE
VIZINHANÇA – DECRETO 8.493/2017

Diário Oficial da União, de 02 de abril de 1990, Seção I, Pág. 6.408, cita a Norma Brasileira NBR 10152:1987.

Considerando que para ser fornecido o Alvará de funcionamento da Casa de Eventos, será solicitado pela Secretaria de Meio Ambiente a Certidão Acústica e que esta Certidão deverá estar embasada na apresentação de um laudo de avaliação sonora emitido por um Engenheiro, solicita-se para dar continuidade a análise do EIV que seja apresentado um Projeto de Isolamento Acústico identificando todas as fontes geradoras de ruídos (equipamentos sonoros) observando integralmente a Resolução CONAMA 01/90 e as NBR's 10151 e 10152 da ABNT.

4. Na página 29

O estudo cita o "Bailão do Sassá". Prestar esclarecimentos.

5. Página 29

O EIV afirma que as águas pluviais serão encaminhadas para a rede pluvial. Haverá impermeabilização de áreas? Se sim, existe algum estudo indicando se a tubulação da drenagem pluvial pública comporta?

6. Página 36

O EIV afirma que a Igreja Reviver possui horários diferentes do Acrópole, mas se a Acrópole é uma casa de eventos, como poderá garantir que não haverá eventos no mesmo horário, gerando transtornos no sistema viário por exemplo?

Em nenhum momento ficou claro a caracterização do tipo de evento que o empreendimento pretende realizar. O salão será locado para terceiros realizarem festas de casamento, festas infantis, eventos, etc? Caracterizar melhor o tipo de evento pretendido. Os horários de funcionamentos e os horários da Igreja vizinha do empreendimento.

7. Página 51

O EIV cita a Resolução COPLAN 04/2008 do Conselho de Planejamento Urbano de Blumenau, mas não justifica porque utilizou essa resolução para realizar a avaliação de impactos. Prestar esclarecimentos.

8. Página 56

O item 15 - MATRIZ DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS, refere-se a MATRIZ, no entanto, em nenhum momento o estudo apresenta uma Matriz de avaliação de Impactos, o item 15, apenas descreveu a metodologia de classificação dos impactos mas não classificou ou avaliou os impactos. Utilizou parte da metodologia para fazer uma conclusão genérica do empreendimento sem fazer de fato uma avaliação de impactos, foco principal dos Estudos de Impacto de Vizinhança.

9. O EIV faz apenas a descrição dos impactos sem fazer a avaliação dos mesmos, apresenta de forma confusa as medidas mitigadoras sem indicar quais impactos estão sendo mitigados.

A Comissão solicita que sejam apresentados os impactos, que estes sejam avaliados e sejam apresentados medidas mitigadoras para cada impacto avaliado, quando couber.

10. Durante o funcionamento (operação), estipular o consumo de água e geração de efluentes sanitários citando a quantidade de usuários flutuantes e funcionários, com base na classe dos serviços prestados e os respectivos consumos diários.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE
VIZINHANÇA – DECRETO 8.493/2017

11. Com relação aos resíduos sólidos, deve-se descrever melhor a forma do manuseio que será realizado e seu destino final quando reciclados, baseados nos dias de recolhimento da coleta seletiva, durante o funcionamento da casa.
12. Revisar as informações sobre a área do empreendimento pois estas encontram-se contraditórias.

O laudo com as correções acima deve ser apresentado em (01) uma via impressa e uma via digital acompanhado dos projetos arquitetônicos e complementares ao EIV, nestes deve-se incluir: a(s) forma(s) de acesso de veículos e pedestres, faixa de aceleração/desaceleração, estacionamento para carros, motos, bicicletas, caminhões, acessibilidade no passeio e empreendimento.

A análise do Estudo de Impacto de Vizinhança não dispensa as demais licenças e autorizações cabíveis.

Balneário Camboriú, 04 de outubro de 2017.



Suellen Cristina Fávaro
Secretária



FÁBIO MIRANDA BECKER (Presidente)



EDUARDO LUIS FESTA(membro)



MARIA HELOÍSA LENZI(Vice-presidente)



VINÍCIUS DE CASTRO OLIVEIRA(membro)